Então, eu acho que qualquer importância que a imprensa esteja dizendo que o nosso atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, está tendo, eu acho que, se são benefícios para quem precisa.... Afinal de contas, voltou o Minha Casa, Minha Vida.

Está voltando, sabe, o Ministério das Mulheres, Direitos Humanos, da Igualdade Racial. Enfim, todas aquelas coisas que foram abolidas pelo governo anterior estão de volta, graças a Deus.

Bom, Sr. Presidente, mas eu queria dizer o seguinte, que a Comissão de Previdência e Família da Câmara dos Deputados retomou a análise do projeto de lei que proíbe o reconhecimento de casamentos homoafetivos.

O relator do projeto, deputado Pastor Eurico, voltou o reconhecimento das uniões homoafetivas, adicionando um parágrafo ao Código Civil, que as impedem de serem equiparadas a casamento ou entidade familiar, afrontando, inclusive, a decisão do Supremo Tribunal Federal, que reconhece o direito à união de casais homoafetivos desde dois mil e onze.

Diante dessa violência e desrespeito a direitos já adquiridos pela população LGBTQIA+, não podemos ficar calados. Não podemos permitir que, em nome da religião, o ódio contra LGBTs, seja alimentado e usado para atrair os holofotes da imprensa. Querem aparecer? Pois bem, apareçam com um trabalho pelo bem do povo.

Como estamos falando de respeito, eu preciso manifestar a minha indignação também por causa de um outro fato, ocorrido no último domingo, aqui em São Paulo, quando o palco de um evento chamado Festival de Cultura Geek foi montado sobre a estátua de Madrinha Eunice. Madrinha Eunice foi fundadora da escola de samba Lavapés. Tudo isso foi feito com autorização da Prefeitura.

Nós estamos cansados de notas de retratação. Exigimos que a Prefeitura assuma, de fato, o compromisso de proteger e resguardar nosso patrimônio, porque o desprezo e apagamento também são racismo.

Eu queria também dizer aqui ao nosso presidente, deputado Reis, que, quando estava na nossa Câmara de Vereadores, sempre foi um defensor enérgico das nossas questões sociais, das questões raciais, inclusive das questões religiosas, e a gente observa que atualmente esse assunto virou assunto de discussão, assunto que continua vindo para as páginas principais dos nossos jornais.

Porque as pessoas misturam a questão religiosa com outros assuntos, com outros debates que não têm nada a ver. Eu acho que a gente tem que brigar pela igualdade, por respeito ao outro, pela liberdade das pessoas, e eu sou uma pessoa que, antes de entrar nesta Casa, sempre lutei pelo cidadão, pela cidadã. Eu luto pelas pessoas, e não pelas ideias. Eu nem debato aqui a questão política.

Cada um segue o partido que quiser. Agora, o que a gente não pode é não considerar as coisas boas, válidas, as coisas com muita qualidade, com muita eficiência, com muita verdade, e principalmente com muito cuidado com o povo, cuidado com o cidadão, com a cidadã, com a mulher, com o homem, com os LGBTs. Tem que ter respeito. Respeito é a coisa principal que a gente deve ter na nossa vida, no nosso segmento, no nosso caminho.

Eu queria, mais uma vez, reafirmar que a gente colocar a questão religiosa com a questão do comportamento de cada cidadão e de cada cidadã é muito perigoso. É por isso que o País está do jeito que está, porque estão assassinando, estão matando as pessoas por conta da questão religiosa. Como sempre assumi a minha religião sem desrespeitar a religião de quem quer que seja, eu me sinto muito à vontade para falar sobre isso.

Eu quero terminar, Sr. Presidente, parabenizando a professora, nossa querida deputada Paula, do PSOL, pelo discurso que fez aqui em relação à questão da contratação dos professores. Tem que contratar professor, porque tem que ter educação neste país. Educação engloba tudo, até o entendimento do que é errado, do que é certo. É a educação que manda em tudo isso. Não foi à toa que a gente, enquanto artista, fez uma música em homenagem aos professores.

E também me dirigir ao deputado Valdomiro pela explanação que ele fez aqui em relação à violência. É uma coisa que não dá mais para aceitar. Tem que haver uma relação de entendimento de que não dá mais para perdoar, não dá mais para ter perdão, nenhum tipo de perdão, para quem faz o que esses dois homens fizeram com as mulheres lá de São José.

É inadmissível. A gente não pode aceitar que ninguém tire a vida de ninguém. E as mulheres, infelizmente, estão sendo campeãs de feminicídio.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Muito bem, deputada Leci Brandão. Seguindo na lista de oradores e oradoras, o próximo a fazer uso da palavra é o deputado Rafael Saraiva. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. (Pausa.) Deputada Professora Bebel, por permuta com a deputada Beth Sahão.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sr. Presidente, deputado Reis. Cumprimento todos os que estão na Mesa de trabalhos, cumprimento também os assessores à minha esquerda, à minha direita, e todos os que nos ouvem e assistem através da Rede Alesp.

Sempre é muito importante subir a esta tribuna, e para tratar de um tema que, para mim, é inerente à minha causa, à minha luta, à minha profissão, que é ser professora. Eu tenho muito orgulho dessa profissão.

Apesar do orgulho, todos esses anos de militância mesmo e da história da Educação no estado de São Paulo, enfim, acompanhando os vários, sucessivos governos, todos, o que me entristeceu sempre foi que, durante o período eleitoral, todo mundo vira "tigrão" e bota os professores lá em cima. Quando passa o período eleitoral, deputada Leci Brandão, é pau na cabeça dos professores. É isso o que acontece.

Por que estou falando isso? Porque a gente pode ver e entender o assédio sob vários aspectos, mas o assédio também por medidas autoritárias, esse tem feito os professores adoecerem.

Eu vi, tem uma pesquisa recente. Veja bem, acabei de dar uma entrevista que mais de 100 professores por mês estão deixando as salas de aula por conta de terem stress, por questões mesmo de depressão e por aí vai. Por que isso? A gente já sabe.

São as condições de trabalho, o número excessivo de alunos, as condições de ensino e aprendizagem dos estudantes, a própria estrutura arquitetônica das escolas, a forma de contratação que não pode ser esta. "Ó". "Ó" o quê?

Nós somos professores; nós não somos letras, e é desta forma que eu entendo e o tempo todo a gente fica aqui lutando nesta tribuna. Eu disse um dia de forma até resignada, muito emocionada.

Quando eu vou subir na tribuna para dizer: "Os professores venceram alguma coisa", não vencem, porque parece que a educação tem que acontecer apesar dos professores e não com os profissionais da Educação. E a resposta depois vem nas urnas e ninguém aprende nada.

O governador Tarcísio disse com todas as letras no período eleitoral: "Revogarei a Lei nº 1.374". A senhora sabe qual é a lei. É aquela que acabou com a carreira e colocou subsídio para professor.

Ele revogou mesmo? Está falando em reduzir os recursos da Educação; é isso que ele está falando. Está vendo como é que endurece mais com os professores? Essa que é a questão e é a categoria mais... Como é que eu diria?

Todas são importantes, mas a gente lida com a formação daquela criança que vai crescendo, que passa pelas nossas mãos, a gente vai estudando a história, por detrás tem a família e a gente vai de certa forma até fazendo parte da vida dessas crianças e dessas famílias.

Esse desrespeito é muito grande com a nossa categoria, muito grande. Semana passada, deputada Leci Brandão, eu chamei por esta Casa através do Zoom, porque era um período aqui em que nós estávamos no plenário. Eu falei: "Bom...", e tem um assunto que é sobre a inclusão de pessoas, de crianças com necessidades especiais. Tem um decreto do governador e tem uma resolução do secretário.

As leis não estão se conversando. Por incrível que pareça, o decreto do governador está melhor que a resolução do secretário. Depois, estando na secretaria, foi dito: "Não, não foi isso que a gente quis dizer".

Eu falei: "Então reescreva, por favor, porque do jeito que está aí, está dizendo o seguinte, está dizendo que vai acabar com o professor auxiliar e o professor que está lá na sala de aula na lida, ele sozinho vai ter que se virar com as crianças com necessidades especiais e com as crianças que não têm".

Então quem vai ser excluído de novo, deputada Leci? Aquela que tem necessidades especiais. Como é que você vai lidar com uma classe de 30, de 25, que seja, com um estudante que precisa de necessidades especiais? Esse precisa ter o atendimento especial até para chegar à política de inclusão que nós sempre esperamos.

A senhora acredita que a "live" foi - aqui cabe o termo "invadir" - foi invadida por hackers? Tinha mais de 100 pessoas no início já da "live" e olhe, foi achincalhação. Eu acabei de sair da Polícia Civil da Casa, que gentilmente já colheu meus depoimentos, de funcionários e outras pessoas que estavam naquela "live" e agora estou chamando a audiência presencial às 18 horas para o dia de hoje. É de suma importância.

Nós precisamos garantir a presença do professor auxiliar, a presença do pessoal de apoio, porque o professor tem que dar aula, o pessoal do apoio tem um papel específico porque tem criança que precisa até da higiene e até ajudar a comer, porque tem criança que precisa e a escola tem que acolher, porque nós estamos falando de inclusão. Então esses temas todos estão aí e o mais triste...

E aí vou me dirigir ao deputado Lucas Bove, que tem um projeto de lei aqui na Casa, que é o nº 1.202, de 2022, que institui a cobrança de mensalidade para alunos das instituições públicas ensino estaduais do estado de São Paulo, de acordo com os patamares estabelecidos nesta lei. Já temos aqui a manifestação do Cruesp, que é o Conselho de Reitores de Universidades Estaduais Paulistas.

Eu vou ler e vou deixar para a Mesa.

"Excelentíssima deputada, projeto de lei apresentado neste mês, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, é uma iniciativa que vai na contramão da autonomia dos valores da universidade pública e gratuita brasileira.

Baseada em justificativa intrinsicamente contraditória, a proposta deseja instituir a cobrança de mensalidades aos estudantes das universidades estaduais paulistas. O fato por si fere a própria Constituição Federal de 1988, pois contraria alguns dos incisos do Art. 206, em especial o inciso IV, que determina a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

Além disso, o projeto de lei guarda um caráter antidemocrático, visto que, ainda que se faça distinção de valores de cobrança, restringe o acesso à excelência das atividades de formação acadêmica oferecidas pela Unesp, USP e Unicamp nas dimensões do ensino da pesquisa e das ações extensionistas que incrementam e melhoram a nossa vida em sociedade.

Nos últimos anos, as universidades públicas tornaram-se mais igualitárias, abrindo portas de entrada mais justas à população socialmente mais vulnerável. Recentemente, o governo estadual firmou uma parceria com as universidades estaduais paulistas para reservar vagas aos egressos das escolas públicas, Provão Paulista, e assim aumentar a interação do estruturado sistema de ensino superior paulista com o ensino básico.

Dentro do contexto de inclusão não há espaço para cogitar a cobrança de mensalidade. O movimento recente no ensino superior do Brasil foi feito para a inclusão social. Apresentar, apoiar ou endossar o projeto de lei em questão é trabalhar para desconstruir a política pública que mais avançou na Educação do País na última década.

Vale lembrar também que a Câmara de Deputados aprovou, neste ano, a prorrogação da Lei de Cotas para instituições federais de ensino superior. O tema de cobrar mensalidade dos estudantes da Unesp, USP e Unicamp sempre volta ao debate público via propostas antagônicas ao verdadeiro interesse da população.

Não cabe, neste momento, criar uma espécie de pedágio estudantil, taxando quem acredita na Educação como base transformadora da sociedade contemporânea e motor do desenvolvimento do País.

Como representantes de instituições que respondem por um terço da produção científica brasileira, sempre defenderemos princípios republicanos e democráticos que regem a vida nas universidades e nos posicionaremos contra investidas ao ensino público gratuito.

Atenciosamente, Pasqual Barretti, reitor da Unesp, presidente do Cruesp.".

Obrigada, Sr. Presidente, fica aqui a manifestação do Cruesp, que, enfim, já se manifesta contra esse PL que vai na contramão do que, historicamente, nós sempre defendemos para os filhos e filhas da classe trabalhadora e para toda a sociedade paulista e brasileira.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Vou passar a Presidência para a deputada Professora Bebel para que eu possa fazer uso da palavra.

* * *

- Assume a Presidência a Sra. Professora Bebel.

* * *

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT - Seguindo a lista de oradores, próxima oradora inscrita é a deputada Andréa Werner. (Pausa.) E, em seguida, deputado Reis, que já se encontra na tribuna. Tem, V. Exa., dez minutos regimentais.

O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Deputada Professora Bebel, eu volto a esta tribuna para repercutir aqui a denúncia que me foi trazida pelo Fábio Jabá, o presidente do Sifuspesp, o Sindicato dos Policiais Penais.

O Sr. Fábio Jabá esteve aqui no plenário no início, e ele acabou indo, mas ele me deixou a denúncia que eu acho que a gente tem que repercutir, porque nós temos que cobrar do governo, que o governo de plantão é quem tem que dar as respostas para as demandas.

Então é fato que é um governo lento, é um governo que já não pode mais ficar culpando o governo anterior, porque ele já teve tempo para fazer as coisas. São nove meses, daqui a pouco são dez meses, um ano, dois anos, e aí não dá para ficar "não, porque eu peguei o governo nessa situação ou naquela". O governo eleito tem que governar, ele não é eleito para ser governado.

E se ele tem que governar, ele tem que dar a resposta, e ele tem que ter eficiência nas suas respostas. Não pode ficar deixando para amanhã, para depois de amanhã. "Ah, isso daí a gente está encaminhando, a gente vai ver". E aí passa um mês, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, e as coisas não acontecem.

Então é fato que eu já tenho denunciado nessa tribuna a falta de efetivo nas polícias. A falta de efetivo na Polícia Civil, na Polícia Militar, na Polícia Técnico-Científica. E a Polícia Penal é um grande problema, porque nós estamos vivendo um momento de muita violência, de muita insegurança pública, e as pesquisas estão mostrando isso.

A própria "Folha de São Paulo" trouxe que, para cada dez paulistas, seis têm medo de sair à noite, têm medo de circular nos grandes centros urbanos, têm medo de sair de casa. Isso mostra a ineficiência do Estado, quer dizer, o Estado não está conseguindo ter uma política que dê resultados.

Obviamente que, quando a polícia vai lá e prende, leva para a delegacia, é feita a autuação, é feito o flagrante, ele é conduzido ao sistema prisional. E se o sistema prisional não estiver adequado para cuidar, para fazer a segurança, garantir que essa pessoa cumpra sua pena em condições dignas, garantir que essa pessoa realmente cumpra a pena, fica muito difícil.

E os profissionais do sistema penal têm sofrido muito com a falta de efetivo. Então eles me trazem aqui a denúncia de que o CDP de Pinheiros, por exemplo, que tem uma capacidade para 566 presos, hoje tem 885. Então nós estamos falando de mais de, praticamente, mais de 300 presos além da capacidade daquele Centro de Detenção Provisória.

E um outro problema, no quadro de efetivo lá é previsto 150 servidores, e tem hoje apenas 89 servidores. Há 12 afastamentos, o que reduz o efetivo para 77 servidores.

Então aquilo ali é um problema, porque você tem mais de 50% da capacidade e você tem menos de 50% dos funcionários, que são responsáveis por garantir que os presos ali não venham a fugir, que não sejam arrebatados, que realmente tenham segurança adequada para aquele sistema.

E o Estado, até agora, não tomou nenhuma providência. Traz aqui, ainda, a denúncia, que nos plantões noturnos tem oito servidores em cada plantão. Então, você já imaginou? Você tem, para cada mais de 100 presos, uma pessoa para cuidar deles. Isso é uma bomba-relógio. Dois ficam na portaria, seis se dividem entre os quatro raios.

Há profissionais da saúde, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem, um médico. E em um raio em que ficam, todos os detentos do Estado são atendidos pelo Hospital das Clínicas, centenas de presos ficam no espaço aguardando atendimento.

A casa em que os detentos ficam, no local, por meses, sempre com diversos problemas de saúde, muitos vêm para o local sem a quantidade correta de medicamentos de uso contínuo, a unidade não tem atendimento médico no período noturno, agentes não têm acesso ao prontuário médico do preso e nem medicamentos.

Muitas vezes são obrigados a socorrer detentos em estado grave a outros hospitais, e o problema é que socorrer um detento a um hospital requer uma equipe de pelo menos três agentes.

Quando isso acontece ficam apenas três agentes para cuidar de aproximadamente 900 presos. Esses agentes não têm armas acauteladas pelo Estado, o transporte é arriscado e deveria ser feito por agentes de escolta.

Mas a equipe da capital foi drasticamente reduzida com a transferência de cerca de 1.600 vagas para o interior do Estado no início do ano, quando a PM deixou de fazer as escoltas.

No Raio IV, estão mais de 200 presos de trânsito, de custódia que ficam na unidade por dez dias, em média. O Raio recebe todos os presos que passam por audiência de custódia na capital. Muitos chegam esfaqueados, baleados, doentes, sujos, com diversos problemas de saúde.

Então, olha só o ambiente insalubre, as condições em que esses presos chegam lá, as condições desse CDP e a falta de funcionário, a falta de agentes para poder cuidar deles. A entrada desses detentos ocorre após as 19 horas e não é feita a inclusão de saúde, que avalia as condições de saúde, os cuidados que o detento demanda.

Eles são enviados para o Raio, após a revista dos servidores, com a roupa que chegam da rua. Muitos estão presos há dois dias e chegam à unidade sem tomar banho. Eles não recebem kits de higiene e muitos permanecem no local pelo prazo de até dez dias sem tomar banho.

Isso é uma agressão ao direito da pessoa humana, ficar dez dias sem tomar banho e sem remédio de uso contínuo. Chegam doentes, chegam esfaqueados, chegam baleados e sem remédios, e ficam ali sem tomar banho. Essa é a denúncia que foi enviada para o meu gabinete.

Não há como fotografar as condições do local porque os agentes não podem entrar com celulares e não há como capturar imagens das câmeras de vigilância sem identificação.

Os presos também são orientados pela facção a não compartilhar imagem que mostra a degradação do espaço para não provocar varredura nos locais e não interromper a comunicação com as facções.

Mas temos depoimento de agentes que trabalham no local e dão entrevista sem se identificar, além do relato da Associação de Familiares de Presos, que pode falar sobre a falta de kits de higiene e medicação.

A unidade recebe, em média, 60 presos de custódia e 30 presos do CHSP em todo plantão. Por diversas vezes o procedimento precisa ser interrompido para verificar situações de saúde dos presos e de custódia.

São dois raios com mais de 400 presos em trânsito, sem enfermaria no plantão noturno, diversos fazendo uso contínuo de medicamento. Há apenas três servidores para atender a todos.

O agente tem que improvisar, desdobrar-se para tratar presos com dores fortíssimas, usando apenas remédios como dipirona e paracetamol, já que não tem acesso à enfermaria nem ao prontuário do paciente.

Segundo o funcionário que atua no Raio IV, o espaço lembra, pela situação das pessoas, pela dor e pelo grau de sofrimento, uma cracolândia sem as drogas - nas palavras desse servidor, que dá entrevista sem se identificar. Faltam palavras para definir a desumanidade em que essas pessoas estão submetidas.

Relatório do MPC, assinado pelo procurador do Ministério Público de Contas, Celso Augusto Matuck Feres Júnior, aponta uma defasagem de 50% de profissionais na área de Saúde, na Secretaria de Administração Penitenciária. O documento cita exemplo do Centro de Progressão Penitenciária, Dr. Rubens Aleixo Sendin, de Mongaguá, onde havia nove profissionais de Saúde para cuidar de 2.300 detentos. Em 2.020, havia 299 enfermeiros e 80 médicos para atuar em todas as unidades, as 181 unidades; em 2.023, esse número caiu para 268 enfermeiros e 63 médicos.

Então, aí vem aqui a denúncia de processo por abuso de autoridade, suicídio entre os policiais penais, que cresce 66%, risco de colapso, falta de unidades, falta de agentes, a saúde e assistência dos agentes em estado crítico.

Então, essa é a denúncia; ela tem várias páginas. O tempo aqui é insuficiente para eu ler toda essa denúncia, mas eu quero deixar registrado aqui que foi trazida pelo Sindicato dos Policiais Penais, essa situação degradante em que se encontra o CDP, o Centro de Detenção Provisória, a situação de falta de médico, de falta de remédios, a situação dos presos que ficam dez dias sem sequer terem acesso a banho.

Então o governo tem que tomar as providências, tem que contratar profissionais, tem que contratar médicos, contratar mais policiais penais, garantir a segurança desse estabelecimento, porque os profissionais dessa área estão sofrendo muito com isso e, claro, é um risco, porque se eles têm a competência de fazer a guarda daqueles presos e não tiver as condições de segurança, as condições adequadas, acaba toda a sociedade correndo o risco se o sistema colapsar.

Então, Sra. Presidente, é a minha fala na data de hoje.

O SR. REIS - PT - Peço a V. Exa. para que suspenda os trabalhos até as 16 horas e 30 minutos.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT - Como não há desacordo, acho que há acordo entre todos, está suspensa a sessão até as 16 horas e 30 minutos. Muito obrigada, deputado Reis.

Está suspensa a sessão.

* * *

- Suspensa às 16 horas e 01 minuto, a sessão é reaberta às 16 horas e 44 minutos, sob a Presidência do Sr. André do Prado.

* * *

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Reaberta a sessão.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Pela ordem, presidente. Peço a suspensão da sessão por mais 20 minutos, para terminar o congresso de comissões. Para terminar a CCJ, mais 20 minutos?

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Tem 20 minutos de suspensão.

* * *

- Suspensa às 16 horas e 44 minutos, a sessão é reaberta às 17 horas e 04 minutos, sob a Presidência do Sr. André do Prado.

* * *

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Reaberta a sessão, Ordem do Dia.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Há sobre a mesa o requerimento do nobre deputado Luiz Fernando, com número regimental de assinaturas, nos termos do Art. 35 do Regimento Interno, para a constituição de uma comissão de representação com a finalidade de participar de reuniões com membros do governo federal para tratar de investimentos para o estado de São Paulo, a realizarem-se nos dias 25 e 26 de setembro do corrente ano, em Brasília, com despesas custeadas via verba de gabinete parlamentar.

Em votação. As Sras. e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Há também sobre a mesa o Requerimento de Urgência ao Projeto de lei nº 431, de 2023, de autoria do deputado Dirceu Dalben.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Há também sobre a mesa o Requerimento de Urgência ao Projeto de lei nº 652, de 2021, de autoria dos deputados Gilmaci Santos e Heni Ozi Cukier.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Há também sobre a mesa o Requerimento de Urgência ao Projeto de lei nº 512, de 2023, de autoria do deputado Alex Madureira.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Último Requerimento de Urgência ao Projeto de lei nº 1.015, de 2023, de autoria da deputada Dani Alonso.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Havendo acordo entre lideranças, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Havendo acordo entre as lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje, lembrando-os, ainda, da sessão extraordinária a realizar-se hoje, dez minutos após o término desta sessão.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 17 horas e 06 minutos.

* * *

19 DE SETEMBRO DE 2023
36ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: ANDRÉ DO PRADO
Secretaria: TENENTE COIMBRA e GIL DINIZ

RESUMO

ORDEM DO DIA
1 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Abre a sessão. Coloca em votação o PL 1084/23, salvo emendas.
2 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO
Encaminha a votação do PL 1084/23, salvo emendas, em nome da Federação PT/PCdoB/PV.
3 - PAULO FIORILO
Solicita verificação de presença.
4 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando constatado quórum.
5 - GUTO ZACARIAS
Para comunicação, faz pronunciamento.
6 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Cumprimenta o vereador de São Bernardo do Campo, Glauco Braido, presente nesta Casa.
7 - PROFESSORA BEBEL
Encaminha a votação do PL 1084/23, salvo emendas, em nome da Minoria.
8 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Coloca em votação e declara aprovado o PL 1084/23, salvo emendas.
9 - PAULO FIORILO
Solicita verificação de votação.
10 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Defere o pedido. Determina que seja feito o processo de verificação de votação, pelo sistema eletrônico.
11 - GIL DINIZ
Para comunicação, faz pronunciamento.
12 - PAULO FIORILO
Para comunicação, faz pronunciamento.
13 - GIL DINIZ
Para comunicação, faz pronunciamento.
14 - CAIO FRANÇA
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSB.
15 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS
Declara obstrução ao processo de votação, em nome da Federação PSOL REDE.
16 - PAULO FIORILO
Declara obstrução ao processo de votação, em nome da Federação PT/PCdoB/PV.
17 - OSEIAS DE MADUREIRA
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSD.
18 - VINICIUS CAMARINHA
Declara obstrução ao processo de votação, em nome da Federação PSDB Cidadania.
19 - ITAMAR BORGES
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do MDB.
20 - ALTAIR MORAES